

ÉTICA NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO QUALITATIVO DA PROIBIÇÃO DO USO DO VÉU ISLÂMICO EM ALGUNS PAÍSES DA EUROPA.

Bernardo Monteiro de Castro (UNIHENDRIX)

Resumo

O trabalho analisa a proibição do uso de véus e referências religiosas na França, Alemanha e Inglaterra, o que causou impacto na delicada relação entre o Ocidente e a religião islâmica. Parte-se do pressuposto de que a questão da convivência entre povos de diferentes religiões é um assunto ético. Para desenvolver o tema é feito um estudo histórico a respeito da mulher nas antigas religiões do Oriente Médio, e toma-se a figura do véu como elemento de amplos valores semióticos. Por fim, sem a intenção de se alcançar uma verdade, lançam-se algumas questões a respeito daquela proibição, pondera-se a respeito do ponto de vista da jovem muçulmana e suas tradições, bem como se questiona a pretensa neutralidade religiosa dessas leis em um Ocidente repleto de referências cristãs.

Palavras-chave: véu; islamismo; gênero.

Abstract

This work analyses the prohibition of wearing veils and other religious references in France, Germany and England, what caused some impact on the delicate relationship between Western and Islamic religion. One takes for granted that the problem of people who have different religion and live in the same culture is an ethic matter. To develop this subject, there is a historic study about women in the Near East primitive religions and the veil is considered a figure plenty of semiotic values. Although there is no intention in order to reach an ultimate conception about that prohibition, some questions about it are presented, both the young Muslim woman's point of view and traditions are considered, and there is a critical approach in regard to the "neutrality" of these laws, since western environments have so many Christian references widespread.

Até o final do primeiro trimestre de 2004, toda a França e algumas cidades da Alemanha haviam decidido banir o uso do véu e de outros símbolos religiosos por qualquer pessoa em todas suas escolas. Em março de 2005, a Inglaterra também definiu sua proibição de símbolos religiosos em prol de um ensino público leigo. Ao mesmo tempo que essas decisões atingiram, entre outras, uma forte tradição islâmica, ela foi ao encontro da tradição ocidental de se manter o estudo laico para a população geral, tradição esta marcadamente manifesta pelo surgimento da universidade no período da Baixa Idade Média.

De fato, um dos grandes propulsores do fortalecimento da cultura e da ciência na Europa do ocidente foi o advento da universidade como ambiente leigo para a produção e transmissão do saber, já no século XII. Esse ideal foi combatido. No século XIII, os reis tentaram "manter o controle sobre essas corporações que traziam riqueza e prestígio" (Le Goff, 1989, p. 61). A Universidade de Oxford alcança suas primeiras autonomias em 1214 e Paris passa por sangrentos combates entre estudantes e a milícia real em 1229 para alcançar a independência da Universidade em 1231. Contudo, e ainda por isso, outra grande vantagem ocidental foi a posterior solidificação de um sistema político leigo, hoje conhecido como democracia.

Essa atitude restritiva aos símbolos religiosos e governamentais em ambientes educacionais, ainda que garantidora da cultura laica, pode vir a confrontar o direito de expressão e de credo, principalmente contra uma população que valoriza esses hábitos.

Sem querer, aqui, julgar a correção ou impropriedade dessas recentes decisões européias, pretendo analisar os motivos que podem sustentar a tradição muçulmana do uso do

véu entre as mulheres, pois isso me parece uma questão ligada à sexualidade e às discussões de gênero tão afins à contemporaneidade e pode vir a ser discutida no sistema educacional brasileiro. São reflexões sobre a ética da educação e da religião, uma vez que esses contextos certamente envolvem princípios éticos que deveriam ser universais.

A primeira função que um véu pode apresentar é a de encobrir um corpo total ou parcialmente. Isso se faz em situações de pleno caráter profano, como ao se encobrir uma escultura antes de sua inauguração ou ao se embrulhar um presente. Embora manifestações desprovidas de caráter sagrado, ambos os casos já anunciam a existência de um objeto de valor a ser *revelado*, ou seja, exposto à luz, desprovido de um véu. O fato de se encobrir o objeto evita, ao mesmo tempo, sua deterioração e a preservação do encanto a ser promovido em quem vier a apreciá-lo, quer dizer, uma contaminação antecipada.

De outra maneira, mas igualmente destituída do mínimo caráter sagrado, as sociedades mais complexas desenvolveram diferentes modos para encobrir o corpo humano por meio de roupas, o que visa principalmente a ocultar as partes mais sensíveis e eróticas. A origem desse hábito certamente se remete ao tabu da nudez e deve ter alguma raiz religiosa. Guardam-se o corpo e a sexualidade como se fossem um presente a ser mantido fora do alcance de quem vai recebê-lo, evitando qualquer contaminação precoce de qualquer uma das partes interessadas.

Seguindo essa lógica podemos propor que o véu é um desses recursos vestuários capaz de preservar uma parte do corpo humano e sua exposição, mas, por se tratar de um aparato indicado por uma fé religiosa, imediatamente se caracteriza como algo pelo menos místico, até mesmo sagrado, se atribuímos a esse conceito a definição dada por Eliade (2001), para quem o sagrado é uma experiência religiosa, um objeto ou ato cujas características promovem a expressão de uma ordem diferente, de um outro mundo. O tecido que encobre uma escultura a ser inaugurada ou uma caixa ou um celofane que envolve um objeto a ser presenteado são véus profanos, sem ligação com um outro universo, religioso. Mesmo o fino véu de uma odalisca de baile de carnaval é um objeto desprovido de sacralidade, pois o que confere o caráter sagrado ao objeto é sua pertinência a um contexto religioso, não sua simples forma ou matéria.

Conseqüentemente, a mesma coisa ocorre quando se trata do corpo humano. A vida cotidiana e o ambiente terreno estão ligados ao corpo físico e sua existência material e finita, associada a atividades regulamentadas pelas leis seculares. Por sua vez, em ritos religiosos, o mesmo corpo é passível de sacralização, como em uma ordenação de um padre ou de uma freira que faz seu voto de castidade, regulamentada pelas leis espirituais.

O que se observa no caso do costume islâmico de se encobrir pelo menos parte do rosto com um véu é o reconhecimento do corpo como uma *hierofania*, isto é, manifestação do sagrado. Tanto o rosto feminino quanto o véu que o acompanha compõem uma expressão religiosa que já foi iniciada em forma de rito quando a mulher se vestiu, e se prolonga por todo o tempo em que o tecido se conjuga com a carne humana. Esse rito e essa expressão remetem-se a uma história e a uma crença religiosa, guardam identidade com um povo e com sua cultura. A mulher que professa tal fé e desempenha seu rito está seguramente integrada à sua cultura.

Embora o uso do véu indique um tabu ligado ao corpo da mulher, o ato sexual em si não é um grande problema para os islâmicos. Ao contrário, o celibato é desaconselhado e até o Paraíso é prometido com belas mulheres para os homens. Sexo e sacralidade estão igualmente associados na palavra *harém*, significando “proibido”, oriunda do árabe *haram*, significando “sagrado”. O erotismo vivenciado entre homem e mulher na cultura islâmica é amplamente aceito dentro dos princípios religiosos e tem uma obra dedicada ao seu ensinamento: **O jardim perfumado** (ver Burton, 1994).

Contudo, a restrição ao uso do véu não se aplica exatamente sobre os amantes, mas principalmente às mulheres jovens; elas exibem em suas vestimentas aquele tabu ligado ao corpo. Essa condição diferenciada que se atribui ao corpo feminino não é uma particularidade muçulmana. A carne da mulher tem sido objeto de repressão por parte das religiões cristãs há vários séculos, particularmente quando se trata da nudez feminina e da virgindade. Esta era, na Idade Média, uma forma de se resistir ao pecado de Eva, e aquela poderia ser punida tanto pela Igreja quanto pelas leis seculares (Richards, 1993).

Mas o caráter sagrado da mulher está registrado desde a Antigüidade, em diversas religiões. Os primeiros cultos de que se têm notícias, apresentavam a mulher como elemento

principal: “o elemento masculino apareceu tardiamente no sacerdócio e, assim mesmo, como réplica da junção de um Deus à Grande Mãe”, diz Junito Brandão (1988, v. 1, p. 57) a respeito de Creta, apontando esta sucessão do feminino para o masculino como a norma geral.

Os mais antigos deuses dos povos primitivos tiveram seus gêneros determinados pelas circunstâncias da sobrevivência humana. No caso dos nômades e caçadores, a grande influência vinha do sol e seus ciclos, determinantes das quatro estações. Essa influência solar determinou a adoração de deuses masculinos como os mais importantes, e uma organização patriarcal.

Por sua vez, povos sedentários, pastores e agricultores, constituíram sociedades onde a mulher tinha um papel ativo, e o sagrado não era concentrado na atividade solar, mas no silencioso poder de fecundação da terra. Neste caso, dava-se o culto a uma entidade feminina. A terra tinha uma grande vantagem, dadas as limitações cognitivas dos povos antigos: era tangível, ao contrário do sol inalcançável e alheio a comunicações.

Contudo, talvez por ser a mulher a matriz da vida humana, é feminino o primeiro registro pré-histórico de reverência. Em cavernas e outros sítios arqueológicos foram encontrados sinais de adoração a figuras femininas. Caracterizadas por vulvas, seios e umbigos em grande dimensões, muitas imagens permaneceram até hoje, seja nas pinturas rupestres, seja em esculturas, denominadas vênus.

A Deusa-Terra é admirada em si mesma ou através de seus elementos constitutivos – pedras, fontes, montes, grutas, bosques. Várias civilizações têm, no mito da origem humana, elementos telúricos, como rios, barro ou pedra.

Do terceiro milênio A.C. chega-nos a primeira imagem divina amplamente cultuada e com nome próprio. É a deusa Ishtar, encontrada em escavações em Assur na forma de estatuetas estilizadas, nuas, com seus atributos sexuais ostensivamente marcados. As imagens eram produzidas em série através de moldes também encontrados na região. Embora, mais tarde, essa deusa tenha sido desvalorizada e ridicularizada pelos homens que consolidaram o poder falocêntrico e elegeram deuses masculinos, outros povos sofreram sua influência e adotaram deusas semelhantes.

Os hititas tiveram Hannah-Hannah (avó-avó), que restabeleceu a vida na Terra; era representada pelo mesmo ideograma de Ishtar. Os fenícios veneraram Astarté e Ba'alat. Seus hábitos mercantes, náuticos, ajudaram a espalhar o culto às deusas-mãe por todo o Mediterrâneo, dando origem a Afrodite e Tanit, entre outras.

Entre os séculos XV e XII A.C., deu-se o ápice do culto à Grande Mãe. Em Creta, a deusa era completamente identificada com a terra; representava o mistério da morte como regresso ao seio materno que engendrou a vida e a fecundidade em todos os seus níveis, incluindo a união sexual. O fato de ter dado à luz o universo sugere que era virgem, pois não haveria um deus masculino para fecundá-la. Ela exercia domínio sobre toda a terra, seus elementos e animais, e chegou a ser conhecida como *Pothnia Theron* (Senhora dos Animais), dando origem à caçadora Ártemis.

Ao longo do rio Nilo nasceu Ísis, mãe do salvador Hórus, que libertou a humanidade tiranizada sob os poderes de Seth. Ela foi adorada não só no Egito, mas em todo o Mediterrâneo, até a Península Ibérica.

O mito contemporâneo de Maria, que concebeu virgem, faz parte da categoria das grandes-mães e deve ter sofrido fortes influências pagãs, principalmente para ter adquirido um status tão importante no ocidente, como se fosse algo fora do controle da Igreja e contrário a seus interesses. Essa característica de ser virgem unifica as grandes-mães e remetem à importância da virgindade não como uma submissão sexual ou uma continência dos desejos e fantasias eróticos. Diferentemente, a virgindade é sinal do poder daquela que não precisou de um homem para dar origem ao universo.

Ora, “o estado virginal significa o **não-maifestado**, o não revelado” (Chevalier & Gheerbrant, 1998, p. 961), ou seja, aquilo que ainda contém o véu. Se falamos de um uso de um véu em um contexto religioso, estamos falando também de um rito sagrado remissível à tradição das grandes-mães, isto é, estamos associando a mulher que usa o véu à força, ao poder atribuído à virgindade, o corpo virgem é tal que carrega em si uma energia divina. Isso se nota quando se relembra que “a retirada do véu – ou dos véus sucessivos – da deusa egípcia Ísis representa manifestamente a revelação da luz.” (Chevalier & Gheerbrant, 1998, p. 950)

O véu é um recurso essencial no encontro com o sagrado, particularmente com uma divindade, “(...) se diz, em religiões islâmicas, que a face de Deus é velada por *setenta mil cortinas de luz e de trevas*, sem o quê tudo o que o seu olhar atingisse seria consumido. Pela mesma razão Moisés teve de cobrir o seu rosto para falar com o povo hebreu.” (Chevalier & Gheerbrant, 1998, p. 950) O poder divino em sua hierofania é imenso e os mortais necessitam velar essa manifestação sob o risco de serem destruídos pela grandeza fulminante do deus. Essa mesma grandiosidade é verificada na mitologia céltica, que confere a manifestação de grau soberano na mulher virgem por ela possuir uma energia sexual concentrada, não dissipada (Miranda, 1995).

Virgindade e véu podem ser diretamente associados de tal forma que o hímen é o véu que recobre o ambiente sagrado da origem da vida, daí a importância da idéia de que Maria concebeu virgem, recebendo o Espírito Santo, pura como o mais transparente dos cristais permite a passagem da luz sem romper-se. Essa comparação, que valorizava a pureza transparente e incolor do cristal associando-a à pureza da Mãe do Criador, era intensamente difundida na Idade Média e pode ser observada até em uma das **Cantigas de Santa Maria**, a de número 413 (Afonso X, 1986-1989). Por sua virgindade Maria se equipara e até se identifica com Deus, já que “o símbolo da Virgem, Mãe divina enquanto *Theotokos*, designa a alma na qual Deus recebe-se a a si mesmo, gerando-se em si mesmo, pois só ele é. A virgem Maria representa a alma perfeitamente unificada, na qual Deus tornou-se fecundo.” (Chevalier & Gheerbrant, 1998, p. 962)

A virgindade como referência para religiões e ritos de iniciação é muito mais do que um tabu, pois não se restringe a proibições e punições, ela é principalmente um culto relacionado ao nível divino, um sinal sagrado do corpo. Seja na função de remissão ao sagrado, seja demarcando uma nova etapa da vida, ela representa a perfeição. No sentido religioso trata-se da perfeição da origem da vida e da organização do corpo como obra divina; no que se refere ao fenômeno iniciático ela garante que um período da vida está completo (perfeito) e que já se alcançou todo o conhecimento necessário para a pessoa se iniciar em um outro nível de mistérios, que é o mistério do conhecimento da carne. Esse momento coincide com o amadurecimento sexual e com o alcance de um nível cognitivo mais amplo e profundo, chamado por Piaget de Lógico-formal. Compreende-se que o momento adequado para se conhecer a carne é aquele em que o espírito (psiquismo) já amadureceu e quando já se dispõe da razão.

Isso demonstra a importância de um longo período de adolescência casta (pelo menos quatro anos após a entrada na puberdade), ao longo do qual se vai aprendendo a se conhecer fisiológica e psicologicamente para que se chegue à vida sexual de forma consciente e madura.

Não obstante o valor sagrado dessas qualidades femininas, o que se pode observar na maioria das culturas é que o corpo feminino é discriminado e que a mulher deve ser submetida pelo homem. Isso está ligado a uma outra característica feminina, também reforçada ao longo de séculos por muitos cultos e religiões. Existe um outro lado que representa o corpo e as forças femininas indomáveis e assustadoras.

Não deve ser surpreendente que a mulher seja associada ao demônio e a valores desprezíveis se levarmos em conta que os cultos femininos foram combatidos por sociedades falocêntricas, que impuseram seus deuses masculinos junto com suas leis, o próprio Corão apregoa que o homem é superior à mulher (Stone, 1993). Freud (1948) comenta que as religiões impostas por culturas vencedoras transformaram os deuses das culturas derrotadas em demônios, e isso pode ilustrar, por exemplo, a condição em que o mito de Maria se encontra no medievo tardio.

Houve uma espécie de hibridização entre a tradição pagã feminina e a tradição cristã androcêntrica. Além do vigor do tabu da virgindade, a loucura, que é uma doença ligada ao feminino e à mãe (lua), está absolutamente associada à sexualidade. Maria passa a ocupar exclusivamente a moral cristã, de perdão mediante o sacrifício, ao ser rivalizada com o diabo e transformar o sexo em pecado.

A Mãe de Deus foi usada pela Igreja católica para demonizar as deusas pagãs européias, particularmente as de tradições romanas, gregas e célticas. Maria foi contraposta ao culto de entidades lunares femininas como a oposição entre sanidade e loucura, lembrando que a lua tem

seu lado negro, soturno, malévolo. A deusa grega Hécate era, a princípio, dadivosa e boa, mas tornou-se representante do verdadeiro poder da Lua Negra e recebeu, junto a seu cortejo de cães, os atributos de maldade, “a mãe perversa, devoradora e fálica, (...) o inconsciente devorador” (Brandão, 1988, v. 2, p. 78).

A lua, sem dúvida um elemento feminino, encerra, por trás de sua exuberância prateada sedutora, poderes diabólicos capazes de levar à morte e à perdição. O ciclo menstrual está, há muito tempo, relacionado com as fases da lua e o sangue decorrente desse ciclo tem sido um dos grandes tabus de todas as culturas, provocando tratamentos cruéis às mulheres ou até aos homens que tivessem contato com o sangramento. Por sua vez, o sangue proveniente de feridas, mesmo provocando pavor no homem primitivo, não mereceu ser tomado por tabu. Que tipo de fantasia sustentava, então, os ritos tribais em função do catamênio?

Pelo valor que o sangue, seiva da vida, recebia e recebe, alguém que viesse a perdê-lo estaria seguramente acometido de algum sofrimento, talvez maldição. A capacidade cognitiva do homem pré-histórico prendia-o necessariamente aos fenômenos observáveis, transformando em angústia tudo o que fosse incompreensível.

Por experiência cotidiana, o sangue era produto de uma ferida e deveria ser estancado, caso contrário levaria à morte o atingido. Maravilhosamente, a mulher apresentava, na sua anatomia mais curiosa, não apenas o breve, mas espantoso, sangramento decorrente da defloração; a partir de um certo momento de sua vida, ela sofreria, regularmente, de um sangramento longo, misterioso, sem explicações para surgir nem para desaparecer.

A fantasia, terrível, decorrente deste espantoso fenômeno é necessariamente a de que algum tipo de ferida, que parece não cicatrizar, insiste em sugerir alguma desgraça: algo foi ferido de modo invisível, a vagina é cicatriz indelével da castração feminina. Junito Brandão concorda em que, por trás de tabus como os ligados à menstruação, se possa ver “um complexo de castração por parte do homem” (Brandão, 1988, v. 2, p. 75). E se houve alguém responsável por esse acontecimento insuportável, caberia à lua e seu ciclo o poder diabólico de ameaçar com a castração. Em várias culturas primitivas, como a hindu e a babilônica, fazia-se estreita ligação entre o plenilúnio e a menstruação, era como se a mulher estivesse possuída pela deusa lua.

Para os babilônios, durante a lua cheia a deusa Ishtar ficava indisposta e, neste período, observava-se o *sapattu*, que, ainda consoante Junito Brandão, deu origem ao hebraico *sabbat*, geralmente o sétimo dia da semana, ou seja, a celebração da mudança da fase da lua. Tal data estava, também, repleta de tabus.

O nome *sabá* e a lua, com outras implicações, vieram a receber destaque na Idade Média, reunindo os universos do demônio e da mulher. Era a noite em que as bruxas, mulheres, reuniam-se para copular com encarnações de satã em orgias regadas a sangue de recém-nascidos; elas eram a antítese da Grande Mãe, virgem e salvadora da prole. (Ginzburg, 1991).

Essa feminilização do diabo não revela só uma reação da Igreja contra os mitos pagãos femininos para torná-los malignos ou adaptá-los à imagem de Santa Maria. Principalmente aponta para a angústia de castração dissimulada de uma sociedade falocêntrica e totalitária que tecia pavorosas fantasias persecutórias, criando mulheres fálicas perversoras da ordem social e prontas para perderem os homens por qualquer descuido ou fraqueza.

Dessa forma, para enfrentar os demônios machos, e suas variantes, ninguém mais perfeita que uma mulher virgem, isto é, que nunca tivera o desejo e a ambição pelo falo. A Virgem e o diabo constituem, assim, pólos opostos do universo maravilhoso da Baixa Idade Média. Essa ambigüidade está presente em qualquer tabu religioso que atribua à mulher um lugar de distinção e outro de inferioridade. As influências demoníacas às quais as mulheres são mais susceptíveis não passam de seus possíveis impulsos voltados contra o poder e a ordem masculinos.

Por outro lado, sobre a loucura ainda cabe outra reflexão. Há uma tendência construída a partir da psicanálise freudiana que tem uma visão peculiar a respeito do que é chamado psicose.

Com base nos estudos de J. Lacan, Rossin Sobrinho (1985) sustenta que a origem da loucura é identificada nas primeiras relações da criança com sua mãe. A bem da verdade, trata-se de um período tão remoto na vida do sujeito que ele praticamente não se diferencia da mãe. Ao contrário, ao ver-se existindo a partir dela como se fosse sua parte, vive a fantasia de ser

tudo o que faltava para completá-la, tudo o que ela poderia desejar. Não há limites definidos entre a existência dos dois, o Eu de um confunde-se com o do outro, ou melhor, com o do Outro. A mãe ganha ares de onipotência, é tudo.

Sobretudo, aqui se retorna a figura da mulher fálica, ela se compõe de duas forças. Primeiro, trata-se da feminilização do diabo, pois aguça no humano a angústia de castração, pretendendo-se onipotente, não castrada nem castrável. Tem o poder diabólico de fomentar a desordem e desgraçar os mortais, ao ofuscar as normas do pai, que deve ser o todo-poderoso.

A criança, que deveria ser a prova da virilidade e da potência do homem, verificação de sua pujança fálica, é arrebatada pela mulher, convertida em falo feminino e, concomitantemente, em castração masculina.

Em segundo lugar, a mulher fálica, completa, capaz de gerar a vida, capaz de Criação, é a tradução do deus, aquele deus suficiente por si mesmo, onipotente, mas também o deus cujo toque instaura a loucura. Dá à luz um iluminado, perdido, energúmeno.

Entretanto, a criança não vale apenas por louca. É o demônio, como o ser que tem o mister de estar entre a divindade e a humanidade. É um demônio menor, que tem nos delírios uma mensagem ligada ao real, à verdade, e tem o poder diabólico da confusão: o louco é um pobre diabo.

O paroxismo da relação simbiótica e sulfúrica entre mãe e cria é, sem dúvida, o incesto, o máximo da fusão da mulher fálica e de seu objeto-falo; é a alienação do poder masculino do pai e de sua lei salvadora. Postula a supressão da carência, das normas, da cultura, do ser.

Pelo menos em princípio, as mulheres que vestem seus véus estão livres da influência demoníaca, ou melhor, da possibilidade de destruir o poder masculino seja por sua energia divina tão poderosa, seja por uma terrível revelação apotropaica. Não importa qual seja o perfil com o qual a mulher islâmica seja associada, certamente sua consciência crítica não reconhece tais características, mas o uso de seus adereços religiosos lhe garante o sentimento de pertinência cultural e a segurança de estar próxima e afeita ao seu Deus.

Poderíamos sugerir que o véu, em sua ampla simbologia, representa a fronteira da morte, limitando um espaço secular e finito e preparando para o acesso ao sagrado. É um símbolo que incita à iniciação. Essa morte tanto é iniciática por levar o fiel a uma inserção no mundo sagrado, como é psíquica, por remeter o sujeito à angústia de sua finitude e de sua imperfeição.

A anatomia feminina suscita no homem a angústia de castração e, em contrapartida, provoca a repressão moral e afetiva desse corpo. Contudo, vale recorrer à informação dada por Bishop (2000), para quem o véu serve para proteger os homens da perigosa sexualidade feminina, mas, sem desprezar o efeito repressivo do véu, é acrescentado que a origem desse uso provavelmente teve uma finalidade bem distinta. A adoção desse costume se deu pelas mulheres do Profeta Maomé para que elas pudessem se livrar dos insultos nas ruas por parte das pessoas que não compartilhavam as suas crenças. Isso demonstra o uso do véu como um recurso de proteção das mulheres contra a imposição de idéias destoantes da fé por elas professadas.

A partir desse ponto de vista, se faz legítimo estender o valor do véu a uma função de proteção, pois esse elemento protege tanto o corpo valorizado (sagrado) quanto aquele que entra em contato com essa manifestação do poder divino. Isso permite que a mulher se proteja em relação à manutenção de seus valores sagrados sem se expor e correr o risco de ser agredida por ameaçar aqueles que não suportam sua sacralidade.

Pode-se, assim, concluir que o véu não é necessariamente um elemento que valoriza a mulher por suas virtudes subjetivas. Ao contrário, distingue a mulher como uma categoria que tem suas ligações com a tradição da sacralidade tão antiga quanto os cultos à Grande Mãe. Essa ligação conservou um valor positivo associado ao poder da virgindade e à criação do Universo, da natureza e da vida humana, mas também atribuiu à mulher a característica de ser uma entidade perigosa, que deve ser contida por afrontar à ordem masculina.

Acima de tudo, aceitação do uso desse objeto sagrado pode, contribuir com a segurança psíquica da mulher islâmica por preservar suas qualidades femininas sagradas em um espaço leigo e profano da sociedade.

Não obstante, e aqui se posiciona um dilema ético, há de se ter em mente os graves episódios envolvidos com a divulgação de charges do Profeta Maomé. Isso revela uma condição

contemporânea de intolerância e agressividade, de rancor, ódio, instigação, insustentável conflito religioso e ideológico. Tensões políticas à parte, o convívio razoavelmente pacífico entre povos de credos distintos só tem ocorrido no Ocidente, e nesse espaço político pode-se aprender a tolerar o riso do outro, tarefa ética que pode ser implantada nas escolas integrando os povos e suas crenças, pois o discurso pode trazer em si tanto os símbolos de poder opressivo quanto a ideologia da convivência respeitosa da alteridade.

Os meios de comunicação ocidentais dão-se o direito de ironizar todas as religiões, inclusive as cristãs (majoritárias no Ocidente). Isso é um argumento plausível para se poder ironizar qualquer crença, é uma liberdade de expressão consoante com a importante história do ensino leigo. Mas, há muito tempo, os meios de comunicação pararam de publicar ironias e idéias derrisórias contra a mulher ocidental a partir de um movimento feminista imposto por mulheres brancas, intelectuais, pertencentes à classe média alta de tradição cristã. Mesmo assim as mulheres ocidentais recebem salários inferiores aos dos homens para funções equivalentes.

Porém, e principalmente devido à ambigüidade que o véu carrega em sua simbologia, o combate e a discriminação desse objeto necessariamente não aumentam o valor feminino na cultura islâmica, e isso pode significar uma imposição preconceituosa e humilhante sobre a estudante que não pode usá-lo no ambiente escolar. Sob o pretexto de que ninguém usa um símbolo religioso nas escolas a sociedade ocidental européia engana a população mundial restringindo o conceito de símbolo aos adereços que se levam ao corpo, mas permite às escolas a ostentação de símbolos cristãos bastante fortes, o que é o caso das instituições de ensino que adotam o nome de qualquer que seja o Santo. Até onde se sabe, esses nomes podem ser exibidos, o que caracteriza uma permissividade favorável à cultura católica. Tatuagens de cruz, pequenos brincos, pulseiras e pingentes podem da mesma forma revelar um culto religioso cristão. E o que dizer dos livros em uma biblioteca? Deveriam ser retirados todos aqueles que fazem pregações religiosas.

É possível que essa pregação pela ordem laica seja mais um véu a ser retirado para que a ética possa se manifestar.

BIBLIOGRAFIA:

- AFONSO X, O Sábio. **Cantigas de Santa Maria**. Editadas por Walter Mettmann. Madrid: Castalia, 1986-1989. 3v.
- BISHOP, Clifford. **Sex and spirit**. Berkeley: Seastone, 2000.
- BRANDÃO, Junito. **Mitologia Grega**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 3v.
- BURTON, Richard. (Ed.) **The perfumed garden**. Leicester: Magna Books, 1994.
- CHEVALIER, Jean. & GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. 12.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GREEN, Miranda. **Celtic Goddesses**. London: British Museum, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ROSSIN SOBRINHO, Oscar. A função da mãe. In: Checchinato, Durval. (Coord.). **A clínica da psicose**. Campinas: Papirus, 1985. p. 37-48.
- STONE, Merlin. **When god was a woman**. New York: Barnes & Noble, 1993.